

AO JUÍZO DA VARA DE xxxxxx DO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Tramitação Prioritária Art. 71, §5º, do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)

Prioridade especial - IDOSO - 91 (NOVENTA E UM) ANOS

Fulana de tal, brasileira, maior, solteira, nascida em 30/04/1931, natural de xxxxxx, RG nº xxxxx SSP/xx, CPF nº xxxxxxxx, residente e domiciliada no xxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxx, contato telefônico: (xx) xxxxx (fulana de tal), sem endereço eletrônico, neste ato representada por sua curadora, **fulana de tal**, brasileira, casada, filha de fulano de tal e fulana de tal, natural de Afogados da Ingazeira, RG nº xxxxxxxx e CPF n.º xxxxxx, residente e domiciliada no Núcleo xxxxxxxxxxxx, Casa xxx - xxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxx, contato telefônico: (xx) xxxxx, sem endereço eletrônico, vem, sob o patrocínio da DEFENSORIA PÚBLICA DO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, propor:

AÇÃO DE ABRIGAMENTO

(com pedido liminar)

em face do xxxxxxxxxxxx, na pessoa de seu Representante Legal, o Procurador- Geral do xxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxxxx, com sede no Setor de Áreas Isoladas xxxx, Bloco I, xxxx/xx, CEP: xxxxxxxx, em decorrência dos motivos a seguir expostos:

I- DOS FATOS

A Sr.^a fulana de tal é idosa, tendo completado 91 **(noventa e um)** anos. Ela recebe o Benefício de Prestação Continuada - BPC, conforme o comprovante de renda, anexo. Atualmente ela aguarda vaga em Instituição de Longa Permanência - ILPI, para desospitalização.

A Sr.^a fulana de tal apresentava problemas psiquiátricos desde a juventude e era acompanhada por sua falecida mãe. Ela possui retardo de desenvolvimento cognitivo e usa remédios controlados, mas após anos de tratamento a idosa encontra-se com o quadro estabilizado.

Em razão de possuir deficiência intelectual, ela vinha sendo cuidada pelo irmão, Sr. Fulano de tal, de 77 anos; e pela cunhada, a Sr.^a fulana de tal, de 74 anos, que foi nomeada curadora da idosa em 09/07/2008, conforme certidão anexa.

Em maio de 2022, a idosa foi internada no Hospital Regional do Paranoá em decorrência de um acidente vascular cerebral que deixou como sequela a imobilidade e a sobrinha da idosa, Sr.^a fulana de tal, foi quem a acompanhou no hospital.

No relatório médico de 16/11/2022 (anexo) emitido pelo Hospital do Paranoá e assinado pela Dr.^a fulana de tal (CRM-DF xx), consta que a idosa teve AVC prévio em maio de 2022, tendo então ficado acamada, desde então.

Segundo o mesmo relatório, a Sr.^a xxxxxx possui transtorno psicótico crônico em acompanhamento e utiliza as devidas medicações para a condição. Apresentou também, nos exames realizados, dimensões cardíacas aumentadas, hérnia umbilical,

doença diverticular dos cólons e outras condições especificadas no respectivo laudo.

Em razão disso, hoje a idosa é dependente de terceiros para as atividades da vida diária. Porém, como **sua curadora e seu irmão também possuem idade avançada, estes não possuem mais condições de fornecer os cuidados diários que a Sr. ^a xxxxxxxxxxxxxxxx demanda.**

No Relatório do Serviço Social Nº 84/2022 de 22/11/22, anexo, descreve-se a possibilidade de alta hospitalar e retorno ao convívio com a família. Segundo o documento, a idosa é acamada, não traqueostomizada, alimenta-se por via oral com dieta pastosa e de fato necessita do suporte de terceiros para a realização de suas atividades de vida diárias. Ela também faz acompanhamento no CAPS II.

A idosa convive com o casal há mais de 20 (vinte anos), tendo com eles bons vínculos.

A família reside em casa de 2(dois) cômodos, portanto não possui estrutura para receber a Sr. ^a xxxxxx e eles não possuem condições de custear o oxigênio domiciliar que ele necessita. Além disso, é inviável que a idosa permaneça sob os cuidados do irmão e da cunhada, em razão da idade avançada destes.

Não foi identificada situação de violência nem vínculo conflituoso e a situação socioeconômica da família define-se como limitada, sendo o total de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxx) a renda familiar aproximada.

Por fim, no referido Relatório, o parecer indicou a necessidade de internação em ILPI, ressaltando o risco de infecção que a idosa está sujeita no ambiente hospitalar. A conclusão foi no sentido de que, através do acolhimento permanente da Sr. ^a xxxxxxxxxxxx, será possível manter os cuidados contínuos que ela precisa.

Sendo assim, ante o suporte familiar escasso e esgotadas as estratégias dos familiares para a proteção da idosa no momento de sua

desospitalização, infere-se que o acolhimento institucional é uma possibilidade de prevenir os riscos aos quais ela pode vir a ser exposta.

A Central Judicial do Idoso então **solicitou informação sobre vaga em ILPI para a Sr. ^a. xxxxxxxx, no Ofício nº xxxxxxxxxxxx - CJI** (anexo), à Secretaria de Estado e de Desenvolvimento Social - SEDES.

Em resposta, através do **Ofício Nº1222/2022-SEDES/SEEDS, de 14/12/2022**, a SEDES informou que a idosa foi inserida em lista de interesse por vaga em ILPI, pois não havia vaga disponível para acolhimento imediato, tendo elencado o caso como prioridade. **A idosa ocupa a ordem classificatória de espera nº 12 (décima segunda) para público feminino com dependência**, como confirma o Ofício anexo.

Diante da situação apresentada nos fatos acima, entende-se que a intervenção mais adequada e que deve ser urgente é o abrigamento da idosa em uma Instituição de Longa Permanência, considerando que ela se encontra com a saúde fragilizada e sua família não pode mais assumir seus cuidados.

Sendo acolhida, há a possibilidade de se prevenir riscos aos quais a idosa estaria exposta e também será resguardado o bem estar da Sr. ^a xxxxxxxx, onde ela poderá receber amparo à sua saúde física e mental, tendo uma existência digna e a efetivação de seus direitos assegurados na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso.

Diante o exposto e dada a urgência do presente caso, **solicitamos a possibilidade de disponibilização de vaga em ILPI para acolher a idosa.**

II- DO DIREITO

A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida.

Igualmente, o art. 204, § 2º, da **Lei Orgânica do Distrito Federal**

define:

Art. 204. A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem:

I - ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, a redução do risco de doenças e outros agravos;

II - ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, para sua promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.

[...]

§2º As ações e serviços de saúde são de relevância pública e cabe ao Poder Público sua normatização, regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, por meio de serviços públicos e, complementarmente, por intermédio de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nos termos da lei. (grifo nosso)

Neste sentido, no intuito de preservar a dignidade dos idosos, o legislador ordinário editou a Lei 10.741/03 - Estatuto do Idoso - na qual se estabelece:

Art. 2º. O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

[...]

VIII - garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com

absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único – A garantia da prioridade compreende: [...]

V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.

[...]

Art. 9º. É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

[...]

O art. 37, em seu parágrafo primeiro, estabelece ainda que a **idosa tem direito à assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência quando verificada a inexistência de grupo familiar, abandono ou carência de recursos** financeiros próprios ou da família.

Ressalte-se que o Estatuto do Idoso nos seus artigos 43 e 45 prevê o **abrigo como medida específica de proteção** aplicada quando os direitos do idoso forem ameaçados ou violados em razão de sua condição pessoal, falta da família ou omissão do Estado:

Art. 43 - As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;

[...]

Art. 45 – Verificada qualquer das hipóteses

previstas no art. 43, o Ministério Público ou Poder Judiciário, a requerimento daquele poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

(...)

V - abrigo em entidade

Como relatado, verifica-se a ausência de familiares ou amigos com plena disponibilidade para promover cuidados e proteção à idosa, dadas as circunstâncias em que seu irmão e cunhada, atualmente, se encontram.

Corroborando o já apresentado, a *Política Nacional do Idoso* (Decreto Lei nº 1.948/96) preconiza, quanto à assistência asilar de idosos portadores de doenças que não possuam condições de prover à sua própria subsistência - ou cuja família não tenha condições de prover a sua manutenção - que é garantido o provimento pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Vejamos:

Art. 17. O idoso terá atendimento preferencial nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
Parágrafo único. O idoso que não tenha meios de prover à sua própria subsistência, que não tenha família ou cuja família não tenha condições de prover à sua manutenção, terá assegurada a assistência asilar, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na forma da lei.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, disciplinado pela Lei nº. 12.435/2011, enuncia que **o atendimento social na modalidade abrigamento está inserido nos serviços de proteção social especial de alta complexidade**, os quais se destinam a garantir a proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido - para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Resta inafastável o dever de o Estado intervir para o abrigamento da idosa em Instituição de Longa Permanência, diante

dos fatos expostos e considerada a frequência do tema no Judiciário, consoante julgados abaixo:

DIREITO CONSTITUCIONAL E
ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE DO
IDOSO. INTERNAÇÃO EM INSTITUIÇÃO DE
LONGA PERMANÊNCIA.

O cumprimento da antecipação dos efeitos da tutela recursal não acarreta a extinção do processo por perda superveniente do interesse de agir, devendo ser enfrentada a matéria de direito arguida pela parte autora, de modo a confirmar ou não a medida antecipatória, julgando-se pela procedência ou improcedência do pedido. O Estatuto do Idoso determinou que deve ser priorizado o atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência. Segundo a Política Nacional do Idoso (Decreto nº 1.248/96), a assistência asilar de idosos que não possuam condições de prover à sua própria subsistência, que não tenha família ou cuja família não tenha condições de prover a sua manutenção será garantido pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. (Acórdão n.950415, 20140111259584APC, Relator: ANA MARIA AMARANTE 6ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 22/06/2016, Publicado no DJE: 05/07/2016. Pág.: 799/857). (*grifo nosso*)

O Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios também já decidiu nesse sentido, *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COMINATÓRIA. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. IDOSO. SAÚDE. DIREITO. INTERNAÇÃO. INSTITUIÇÃO. LONGA PERMANÊNCIA. FAMÍLIA. CONDIÇÕES. INEXISTÊNCIA. PROBABILIDADE DO DIREITO E URGÊNCIA. DECISÃO REFORMADA. 1. A concessão de tutela provisória de urgência de natureza satisfativa ou cautelar reclama a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo - Art. 300 do CPC. 2. A internação do idoso em entidade de longa duração somente se mostra possível em hipótese excepcional e de forma subsidiária, cabendo prioritariamente aos familiares os cuidados

com o idoso, conforme se extrai do art. 230 da CF/88 c/c arts. 3º, § único, V e 37, §1º do Estatuto do Idoso. 3. Demonstrado que a internação em instituição para idosos é providência fundamental para a sobrevivência do idoso, já que não possui condições, bem como sua

família, não tem possibilidade de arcar com as despesas básicas de sua manutenção, cabível a antecipação dos efeitos da tutela como forma de se garantir o direito à saúde e à vida do Agravante, **assegurando-lhe internação em instituição de longa permanência, conveniada à rede pública de saúde, ou na rede privada, às expensas do Distrito Federal.** 4. Recurso conhecido e provido.

(Acórdão 1214456, 07108227420198070000, Relator:

GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, 7ª Turma Cível, data de julgamento: 6/11/2019, publicado no PJe: 25/11/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.) (grifo nosso)

Cabe ainda ressaltar que o Estatuto do Idoso em seu art. 101, prevê como crime o descumprimento, a procrastinação ou obstrução, sem justo motivo, à execução de ordem judicial expedida nas ações, em que for parte ou interveniente a idosa, atribuída a pena de detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Diante de todo o exposto, requer-se, com a devida urgência, que sejam promovidas, desde logo, as medidas protetivas destinadas ao afastamento da situação de risco em que se encontra a referida idosa, com o resguardo e proteção dos direitos, interesses, integridade, bem-estar e segurança desta, obrigando o Ente Estatal a **conceder vaga em instituição de longa permanência adequada para fins de abrigamento da Sr. ^a xxxxxxxxxxxxxx.**

III - DO PEDIDO LIMINAR

O instituto do abrigamento traz em si a vulnerabilidade do idoso como característica central, e os presentes fatos aduzidos até aqui a respeito da idosa demonstram a urgência da concessão

liminar dos pedidos e, portanto, a antecipação da tutela para o abrigamento em ILPI da Sr. ^a xxxxxxxxxxxx, dada sua situação de saúde e de idade avançada.

Nesse sentido, pede-se a Tutela de Urgência, de acordo com o artigo

300 do CPC:

Art.300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. (grifo nosso)

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. (grifo nosso)

A verossimilhança das alegações está consubstanciada nas provas juntadas aos autos que demonstram elementos da probabilidade do direito, tendo em vista que a idosa não possui condições financeiras para custear a sua institucionalização em uma Instituição de Longa Permanência particular. Também não possui mais os familiares com condições de dar o suporte e o auxílio necessário que ela necessita para sobrevivência, o que justifica a imediata efetivação da tutela de urgência.

O perigo de dano e/ou o risco de resultado útil ao processo decorre da própria situação a que está exposta a idosa. Como informado, atualmente, **sua transferência a local em que não receberá cuidados adequados traz riscos à sua saúde e integridade física.**

Por fim, não cabe observar o perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, posto que não há qualquer inadequação quanto ao provimento do referido pedido, uma vez que a Sr. ^a Maria

do Carmo não possui mais familiares em situação disponível para auxiliá-la, e precisa ser abrigada em ILPI.

As garantias asseguradas pelos arts. 3º, parágrafo único, inciso V, 9º e 37, § 1º do Estatuto do Idoso e, pelo art. 204, incisos I e II, §2º da Lei Orgânica do

Distrito Federal fundamentam decisões do TJDF. Corroboram ainda o art. 17, parágrafo único e documentos acostados à presente ação como provas inequívocas do direito ora pleiteado.

Assim, todos os requisitos legalmente exigidos para o deferimento da tutela encontram-se presentes, necessitando a idosa do deferimento, em caráter de urgência, sob pena de tornar inócua a prestação jurisdicional almejada, visto que **a demora da solução final do caso, indubitavelmente, colocará em perigo direitos garantidos constitucionalmente, como a vida e a integridade física**, merecendo, portanto, a atuação do Poder Judiciário para coibir tais violações e possibilitar uma vida digna à idosa.

Com efeito, não restam dúvidas sobre a adequação do instrumento da antecipação de tutela para que o Distrito Federal forneça, urgentemente, a Sr. ^a Maria do Carmo vaga em Instituição de Longa Permanência conveniada com o Distrito Federal e, caso isso seja impossível, que sejam arcadas custas em instituição particular.

IV - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a:

- a) Concessão dos benefícios da **gratuidade da justiça**, por se tratar de pessoa hipossuficiente, nos termos do artigo 98 do CPC, consoante declaração anexa;
- b) Concessão da **prioridade especial à tramitação** do presente feito, nos termos do artigo 71 §5º da Lei nº 10.741/03, visto que a Sr.^a Maria do Carmo é pessoa idosa com mais de 80 anos;

c) **Intimação do Ministério Público** com fundamento no art. 75, do Estatuto do Idoso, artigos 178, I, como fiscal da ordem jurídica e 179, I, ambos do CPC;

d) A nomeação da Defensoria Pública do xxxxxxxxxx para atuar em sua função institucional de **CURADORA ESPECIAL;**

e) **Concessão da Liminar de Urgência**, com fulcro no art. 300 e seguintes do CPC, para fins de abrigamento da idosa em Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI conveniada com a Rede Pública do xxxxxxxxxx, e em caso de impossibilidade, assunção dos custos em Instituição Particular de Longa Permanência;

f) seja julgado procedente o pedido, confirmando-se a liminar concedida;

g) **Fixação da multa diária, para a hipótese de descumprimento** da ordem judicial proferida em sede de tutela de urgência ou decisão definitiva;

h) **Dispensa da idosa da prestação de caução real ou fidejussória idônea** para a concessão da Tutela de urgência, por ser pessoa hipossuficiente, conforme preceitua o art. 300, § 1º, do CPC;

i) **Condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios**, a serem recolhidos, os últimos, em favor do *Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito Federal* - PRODEF, CNPJ: 09.396.049/0001-80, devendo o depósito ser efetuado no Banco do Brasil, Conta

Corrente 6830-6, Agência 4200-5.

V- DAS PROVAS:

Protesta provar o alegado, por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pelos documentos juntados.

Dá-se à causa o valor de **R\$ xxxx** (xxxxxx).

Fulana de tal

Defensora Pública do xxxxxxxx